

() Graduação (X) Pós-Graduação

A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS DAS ECONOMIAS DESENVOLVIDAS E SUBDESENVOLVIDAS A PARTIR DE CELSO FURTADO

Laís Fernanda de Azevedo,
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,
laisf_azevedo@hotmail.com

Jorge Miguel Soares Rodrigues,
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,
jorgemiguelpsi@gmail.com

Priscila Judice Lemes,
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul,
priscila.judice.dias@hotmail.com

RESUMO

Compreendendo a importância de Celso Furtado para o entendimento da formação das economias latino-americanas, o presente artigo tem por objetivo trazer os argumentos do autor que mostram as diferenças da formação dos sistemas produtivos nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e como a questão da distribuição/concentração da renda se coloca nesses processos. Guiados pela vanguarda tecnológica, os países centrais concentraram geograficamente a produção industrial e lograram uma repartição da renda mais igualitária, o que possibilitou a adoção de políticas de proteção social. Já nos países subdesenvolvidos, o processo de industrialização não criou o proletariado clássico, criou, na verdade, uma massa urbana pouco definida cujas aspirações se dão num quadro político incapaz de atender suas necessidades básicas. Desse modo, fica nítido que, diferentemente do otimismo e esperança atribuído à industrialização nos seus trabalhos iniciais, Furtado revela certa desilusão – não só na economia brasileira, mas nas economias subdesenvolvidas como um todo – com relação às possibilidades de transformações estruturais qualitativas em direção a um desenvolvimento nacional autônomo e sustentado. Por fim, a intensificação da acumulação *per se* não produziu, via de regra, as transformações nas estruturas sociais capazes de converter a distribuição de renda e a destinação do novo excedente num quadro de igualdade.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico; Subdesenvolvimento; CEPAL; Concentração de renda.

1 INTRODUÇÃO

Até meados da década de 1960, muitos teóricos do desenvolvimento acreditavam que o desenvolvimento e sua mola principal, a industrialização, eram condição necessária para resolver os grandes problemas da sociedade brasileira: a pobreza a concentração de renda, as desigualdades regionais. Depois da experiência brasileira no período do milagre econômico essa tese passou a ser questionada, visto que era possível crescer concentrando renda, assim, o até então chamado “desenvolvimento econômico” estava longe de ser condição suficiente.

Celso Furtado, numa longa carreira acadêmica e pública, fez grandes contribuições para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico no sistema capitalista dos países periféricos, em especial, os latino-americanos. De acordo com Bielschowsky (2006), três foram as grandes contribuições do autor que estruturou o pensamento *cepalino*: 1) foi o grande entusiasta da corrente teórica do estruturalismo, colocando em evidência a importância da perspectiva histórica para se compreender as sociedades; 2) denunciou a possibilidade de que o crescimento econômico nos países de industrialização tardia e dependente se dê de forma desequilibrada, i.e., os ganhos de produtividade não implicariam em aumentos de salário, sendo compatíveis com a má distribuição de renda e; 3) foi ele quem apontou para o papel fundamental que a incorporação do padrão de consumo das economias de alta renda imprime ao tipo de crescimento econômico adotado nas economias periféricas.

Compreendendo a importância de Celso Furtado para o entendimento da formação das economias latino-americanas, o presente artigo tem por objetivo trazer os argumentos do autor que mostram as diferenças da formação dos sistemas produtivos nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e como a questão da distribuição/concentração da renda se coloca nesses processos. Para tanto, o trabalho divide-se em quatro seções para além desta introdução. Primeiro, retoma-se sua teoria acerca do desenvolvimento/subdesenvolvimento e dependência no contexto global do sistema capitalista. Depois mostra-se como se formou os sistemas produtivos e a sociedade industrial nos países cênicos, com destaque ao papel da distribuição de renda. Em seguida, procura-se elucidar os mesmos aspectos do tópico anterior no contexto do subdesenvolvimento e, por fim, faz-se algumas considerações finais.

2 A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO E SUBDESENVOLVIMENTO

Desde seus trabalhos da década de 1950, Celso Furtado já apontava as limitações da

visão econômica convencional em relação à problemática do desenvolvimento. No entanto, foi na década seguinte que o autor formulou, de fato, uma análise conceitual da especificidade do subdesenvolvimento ao publicar *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), obra que reúne trabalhos seus elaborados ao longo de quase dez anos. Elemento central na origem das estruturas subdesenvolvidas, para Furtado (1961), é o advento de um núcleo industrial dinâmico na Europa do século XVIII, cuja ação passou a condicionar o desenvolvimento econômico ulterior em quase todas as regiões do mundo, tomando três direções distintas: a primeira correspondeu ao desenvolvimento industrial dos próprios países da Europa Ocidental; a segunda resultou na formação de núcleos industriais em países de características semelhantes aos países europeus (Austrália, Canadá e Estados Unidos); e, a terceira, deu-se em direção a regiões já ocupadas, algumas inclusive densamente povoadas, e resultou na formação de estruturas econômicas dependentes, criando-se estruturas híbridas: uma parte que tendia a comportar-se como um sistema capitalista, a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente, de formas pré-capitalistas de produção. Para Furtado (1961, p.180), “*esse tipo de economia dualista constitui, especificamente, o fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo*”.

Desse modo, para Furtado (1961), o subdesenvolvimento não é um estágio, uma etapa anterior ao desenvolvimento, pela qual teriam passado necessariamente as economias que alcançaram um grau superior de desenvolvimento – como a visão tipicamente exemplificada na teoria de Rostow¹ – mas um processo histórico autônomo. É, em síntese, uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas a fim de utilizar mão-de-obra e recursos naturais de áreas de economia pré-capitalista. Furtado (1961) ressalta ainda que o universo capitalista é muito heterogêneo, em que o desenvolvimento econômico é desigual, pois o conjunto de recursos e fatores que se apresenta em cada parte do mundo é obviamente diverso. Simplificadamente, segundo Furtado (1961), o desenvolvimento econômico consiste “na introdução de novas combinações de fatores de produção que tendem a aumentar a produtividade do trabalho” (p.91), a qual à medida que cresce, aumenta a renda real social, isto é, aumenta a quantidade de bens e serviços disponíveis para a população. Assim, o desenvolvimento econômico seria essencialmente um processo de acumulação de capital que, sem progresso técnico, encontra constantemente seus limites.

Pouco tempo depois, reescreve o livro de 1961 e publica, em 1967, *Teoria e Política*

¹ W. W. Rostow, em *Etapas do Desenvolvimento Econômico* (1959), havia disseminado a ideia de que o desenvolvimento se daria numa sequência de cinco etapas as quais se sucederiam naturalmente na seguinte ordem: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e, finalmente, a era do consumo em massa.

do *Desenvolvimento Econômico*. Nessa obra, Furtado (1983) apresenta uma versão mais bem acabada do conceito de desenvolvimento, distinguindo-o nitidamente de *crescimento*. O autor explicita sua preocupação para com a sociedade, caracterizando o desenvolvimento como uma estrutura complexa que não compreende apenas o nível tecnológico, mas também a diversidade das formas sociais e econômicas resultantes da divisão do trabalho social, e que deve satisfazer as necessidades de uma coletividade. O conceito de crescimento, por sua vez, refere-se a um conjunto econômico de estrutura mais simples, no qual a demanda não é autocriada, ou seja, deve ser reservado para exprimir a expansão da produção real no quadro de um subconjunto econômico, e não implica, necessariamente, modificações nas funções de produção. Em suma, nas palavras de Furtado (1983):

(...) o desenvolvimento tem lugar mediante aumento de produtividade ao nível do conjunto econômico complexo. Esse aumento de produtividade (e da renda *per capita*) é determinado por fenômenos de crescimento em subconjuntos, ou setores, particulares. As modificações de estrutura são transformações nas relações e proporções internas do sistema econômico, as quais têm como causa básica modificações nas formas de produção, mas que não se poderiam concretizar sem modificações na forma de distribuição e utilização da renda. O aumento da produtividade física com respeito ao conjunto da força de trabalho de um sistema econômico somente é possível mediante a introdução de formas mais eficazes de utilização dos recursos, as quais implicam seja acumulação de capital, seja inovações tecnológicas, ou mais correntemente a ação conjugada desses dois fatores. Por outro lado, a realocação de recursos que acompanha o aumento do fluxo de renda é condicionada pela composição da procura, que é a expressão do sistema de valores da coletividade. Desta forma, o desenvolvimento é ao mesmo tempo um problema de acumulação e progresso técnico, e um problema de expressão dos valores de uma coletividade (p.79-80).

Sob influência do legado cepalino, predominante nos anos 1950, Furtado havia aderido fielmente à ideia de que o avanço da industrialização era o principal caminho para o desenvolvimento econômico e social dos países da América Latina e, em particular do Brasil². No entanto, analisando a evolução estrutural do capitalismo mundial, Furtado lança, em 1974, *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, obra que revela certo pessimismo do autor em relação à superação do subdesenvolvimento nas economias periféricas, principalmente devido aos desdobramentos que marcaram a economia brasileira naquele período. Ele argumenta que a acelerada industrialização das economias periféricas desenhou-se sob a direção das grandes empresas dos países centrais, de modo que a estabilidade e a expansão daquelas economias dependiam, fundamentalmente, das transações internacionais, as quais eram controladas pelas grandes empresas. Assim, as relações dos Estados nacionais com estas empresas traduziam-se

² Para uma análise detalhada que comprova essa assertiva, ver, por exemplo, Almeida (2009).

em relações de poder, o que tendia a aumentar o fosso existente entre centro e periferia.

Para Furtado (1974), a crescente hegemonia das grandes empresas na orientação do processo de acumulação resulta, no centro, numa tendência à homogeneização dos padrões de consumo e, na periferia, num distanciamento entre as formas de vida de uma minoria privilegiada e a massa da população, o qual é até mais importante do que o fosso entre a periferia e o centro do sistema. A ampliação desse fosso internamente reside na maneira em que é utilizado o progresso técnico e a maneira à qual o excedente econômico é apropriado, utilizado e distribuído, que é, em última instância, o que separa o desenvolvimento da manutenção do subdesenvolvimento. Nesse sentido, o subdesenvolvimento seria resultado de escolhas, políticas e sociais, na medida em que a “opção” pela forma de apropriação do excedente econômico é predominantemente para a sustentação do estilo de vida e de consumo da minoria, em vez de priorizar formas de consumo adequadas a toda a sociedade, elevando o nível de bem-estar geral.

A explicação desse fenômeno reside no conceito de *modernização*, isto é, um “*processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos*” (FURTADO, 1974, p.81). Essa tendência reflete uma dependência cultural, em que grupos que se apropriam do excedente econômico direcionam-no para imitação de padrões técnicos e de consumo externos a sua realidade social. Na explicação de Furtado (1974),

(...) a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação de consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da consequente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização... O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência cultural em que se encontram, tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço da acumulação (p.82).

Essa é, basicamente, a armadilha histórica do subdesenvolvimento. O processo de industrialização, que nos países centrais havia gerado a escassez de mão-de-obra e a elevação dos salários, não se reproduz na periferia da mesma maneira. Isso acontece, na visão de Furtado, porque o progresso técnico, nesses países, penetra por meio de novos produtos, isto é, por meio da modernização, sendo incapaz de produzir a homogeneização social. Assim, os países hoje tidos como subdesenvolvidos, entre eles o Brasil, mesmo tendo avançado no

processo de industrialização, experimentaram apenas a modernização, não o desenvolvimento. Conforme Furtado (1983, p. 181), *“desenvolvimento (...) passou a confundir-se com importação de certos padrões culturais, ou seja, com a modernização dos estilos de vida”*.

Desse modo, fica nítido que, diferentemente do otimismo e esperança atribuído à industrialização nos seus trabalhos iniciais, Furtado revela certa desilusão – não só na economia brasileira, mas nas economias subdesenvolvidas como um todo – com relação às possibilidades de transformações estruturais qualitativas em direção a um desenvolvimento nacional autônomo e sustentado.

A ideia de dependência está presente em praticamente toda sua obra, desde sua tese de doutorado, *A economia colonial do Brasil nos séculos XVI e XVII* (1948), mas é nas publicações a partir de meados da década de 1960 que tal questionamento ganha maior relevo. Sinteticamente, em Furtado, a dependência das economias periféricas, tendo a América Latina como centro de análise, tem raízes históricas profundas, remonta ao início das relações econômicas da região com o sistema mundial, e foi se transformando e aprofundando com o passar dos séculos. No entanto, é com a revolução industrial e a nova divisão internacional do trabalho que esse tema recebe maior atenção do autor.

Nessa época, segundo Furtado (1974, 1983), certos países (os que lideraram o processo de industrialização) se desenvolviam especializando-se em setores nos quais o progresso técnico penetrava rapidamente, e outros se especializavam em atividades cujo progresso técnico era insignificante ou naquelas em que sua constelação de recursos apresentava vantagem, ou seja, valiam-se da “lei das vantagens comparativas”. Essas relações assimétricas entre países “cêntricos” e “periféricos” escondia um aspecto fundamental: os países “periféricos”, ao especializarem-se nessas atividades, foram transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico nos países “cêntricos”. Desse modo, completa Furtado (1983, p. 183), *“o controle do progresso tecnológico e possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam dependentes”*.

Furtado (1983) chama a atenção, ainda, para o caráter estrutural da dependência. Segundo ele, os três tipos de transformações das economias periféricas (vantagens comparativas, substituição de importações e condicionamento das formas de comportamento dos grupos de altas rendas) têm em comum o fato de se constituírem processos adaptativos

diante da evolução estrutural dos centros dominantes, o que revela, portanto, uma evolução do próprio processo de dependência. Afirma, ademais, que dada a estrutural atual do sistema global, em que o controle de novas técnicas está nas mãos de grandes empresas e grupos sediados nos países “cêntricos”, as relações de dependência tendem a se estreitar.

(...) nas economias “periféricas” o desenvolvimento tende a acarretar aumento dos vínculos internacionais, no sentido de que, na grande maioria dos casos, ele está ligado à expansão das atividades de uma empresa que tem seu centro de decisão fora do subsistema em questão. Como esse desenvolvimento envolve a adoção de novos padrões de consumo ou a sua difusão, e como esses novos padrões trazem consigo um vínculo de tipo internacional (importação de *inputs*, pagamento de *royalties*, patentes, dividendos etc.), pode-se afirmar também que o referido desenvolvimento é uma transformação estrutural do sistema global no sentido de estreitar as relações de dependência (p.185).

Se tem-se em conta que a situação de dependência vai sendo permanentemente reforçada via introdução de novos produtos, cuja produção requer o uso técnicas cada vez mais sofisticadas e dotações crescentes de capital, torna-se evidente que o avanço do processo de industrialização depende de aumento da taxa de exploração, ou seja, de uma crescente concentração de renda. Acrescenta-se que, quanto mais se avança nesse processo maiores são as facilidades que as grandes empresas estrangeiras têm para substituir, com a criação de subsidiárias, as empresas locais que hajam iniciado o processo de industrialização, controlando, assim, não apenas as inovações de uso imediato, mas também assegurando uma opção sobre as futuras (FURTADO, 1974).

Contudo, esse controle direto, por grupos estrangeiros do sistema produtivo dos países periféricos, não é condição necessária para a evolução da dependência, uma vez que é perfeitamente possível que uma burguesia local de relativa importância e/ou uma burocracia estatal forte participem ou mesmo tenham posição dominante no controle do sistema produtivo. Não obstante, mesmo o controle local no nível da produção não significaria necessariamente menor dependência, se o sistema continua a reproduzir os padrões de consumo permanentemente criados no centro. Sob esse pano de fundo, Furtado (1974, p. 94) afirma que “*o subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência*”. Acrescenta-se que, para o autor, num contexto de dependência, a elevação da taxa de crescimento tende a agravar tanto a dependência externa como a exploração interna. Portanto, longe de reduzir o subdesenvolvimento, o crescimento tende a agravá-lo, no sentido

de que tende a ampliar as desigualdades sociais.

3 O PAPEL DA CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS

Como parte da difusão da civilização europeia, a industrialização processou-se dentro de um contexto cultural em plena transformação, devido a tenra ascensão da classe burguesa na direção da secularização, da racionalidade, da mudança da ciência voltada ao reconhecimento empírico. Nesse ambiente de mutabilidade, as relações de grupos e classes sociais de grande solidez, vão aos poucos e crescentemente sendo perturbadas pela emergência de novos e menores grupos sociais, compostos por indivíduos de múltiplas inserções sociais. Para Furtado (2008) essas novas formas de organização social resultaram na maior complexidade das estruturas sociais intermediárias, criando condições para que parcelas da sociedade fossem incorporadas à política. Desse modo, a civilização industrial, engendrada pela revolução burguesa, foi estabelecida num plano político como um processo de democratização, outorgando legitimidade à representação de diferentes formas sociais no poder.

Nessas circunstâncias, Furtado (2008) expõe que as atividades econômicas atingiram um elevado grau de autonomia e passaram a moldar as dimensões culturais. O racionalismo, a acumulação e ampliação do excedente e a eliminação de barreiras que prejudicassem o alcance da eficiência, foram valores que se fixaram definitivamente no advento da Revolução Industrial e geraram uma nova ordem social. A produção deixa de ser um relacionamento estável entre os indivíduos de um grupo social e passa ser uma “especulação”. A acumulação de capital não provém mais, necessariamente, da abertura de novas linhas de comércio, mas passa a ser resultado da inovação técnica e da criação de novas tecnologias.

As técnicas produtivas, antes componentes da memória social, transformam-se em objeto de transação mercantil. A inovação nos métodos produtivos passam a ser o caminho mais curto para surpreender os concorrentes e, portanto, um instrumento de poder. O crescimento do excedente já não depende mais da abertura de novas linhas de comércio, podendo ser engendrado mediante simples aumentos de eficiência. A acumulação se acelera e assume o papel de elemento motor de toda evolução social (FURTADO, 2008, p.62).

Desde de tempos remotos, em todas as sociedades, a acumulação sempre constituiu

um dos pilares da dominação social, o que torna particular o processo de formação da sociedade industrial é a capacidade de se utilizar o excedente para o controle e desenvolvimento dos sistemas produtivos. A continuidade do processo de acumulação requer constantemente que os estilos de vida sejam transformados, tornando-se cada vez mais diversos e sofisticados (FURTADO, 2008).

Numa economia de livre mercado, forma-se permanentemente uma grande massa de renda que não se destina ao consumo, e que não pode ser deduzida do circuito econômico. Nas economias centrais, essa massa de renda era, via de regra, invertida no próprio desenvolvimento do sistema produtivo, gerando nova massa de renda (FURTADO, 1977; 2008b). Portanto, a estrutura do sistema produtivo reflete a forma como a renda é utilizada e distribuída. O setor com maior potencial de acumulação e geração de lucro era o de bens de capital, que por sua vez, era poupador de mão de obra, o que implica numa redução da demanda por mão de obra e, conseqüentemente, um barateamento da produção, principalmente no setor de bens de consumo, devido a utilização de equipamentos cada vez mais baratos. O aumento de rentabilidade no setor de bens de consumo, significa que uma fração maior destes bens não são consumidos pelos trabalhadores desta mesma indústria, podendo ser utilizados no setor de bens de capital. E, sempre que este setor não estiver em expansão, uma pressão será criada para que haja o barateamento dos bens de consumo e, por sua vez, a elevação do salário real (FURTADO, 1983).

Dessa situação decorre que as técnicas mais avançadas de produção se mostravam mais favoráveis nos setores de bens de capital, intensificando o avanço das tecnologias, o que trouxe conseqüências importantes para todo o processo de desenvolvimento.

Crescendo a sua produtividade física mais intensamente que nas indústrias de bens de consumo, os preços dos equipamentos tendem a declinar em termos de produtos manufaturados de consumo, o que induz a substituir, nas indústrias de bens de consumo, mão-de-obra por equipamentos. Daí resulta uma tendência a aumentar o grau de mecanização de todo o sistema, isto é, aumentar a densidade de capital fixo por pessoa ocupada [...] Equipamentos que provocavam substanciais aumentos da produtividade física na indústria de bens de consumo (como os teares automáticos) eram obtidos da indústria de bens de capital, praticamente sem aumentos de preço. A resultante elevação dos salários reais criaria boas condições de rentabilidade para os processos técnicos ainda mais avançados (FURTADO, 1983, p. 134).

Sendo assim, o avanço da técnica e das tecnologias permitiram conservar uma forma de distribuição de renda entre capitalistas e assalariados. Para Furtado (1998a), o aumento do poder de compra da massa dos trabalhadores foi primordial no processo de desenvolvimento,

tanto quanto o papel da inovação técnica. O dinamismo da economia capitalista proveio, portanto, da interação entre a inovação técnica – que se traduz na elevação da produtividade e em redução de mão de obra – e a expansão do mercado – que cresce *pari passu* a massa dos salários. Notoriamente, o peso da inovação técnica depende dos esforços empresariais em maximizar os lucros, porém, o peso da expansão do mercado e dos salários, reflete também a pressão das forças sociais a partir do momento em que surgem contradições dentro desse sistema.

Para o autor, o progresso tecnológico, poupador de mão de obra, é o elemento que torna o sistema econômico menos rígido, combinando fatores de produção compatíveis ao acúmulo de capital e aumento dos lucros. A absorção do excedente estrutural de mão de obra permitiu que os ganhos do progresso tecnológico fossem repartidos, de certa forma, entre empresários e trabalhadores, por meio da elevação dos salários reais bem como da redução da jornada de trabalho.

Guiados pela vanguarda tecnológica, os países centrais concentraram geograficamente a produção industrial e lograram uma repartição da renda mais igualitária, o que possibilitou a adoção de políticas de proteção social. O nascimento de forças sociais simultânea ao processo de urbanização, permitiu que trabalhadores pressionassem pelo aumento real dos salários e pela elaboração de políticas protecionistas para defender seus respectivos mercados internos (FURTADO, 1998a).

A expansão do comércio internacional no século XIX, gerada pelos aumentos de renda, alimentou a difusão dos novos padrões de consumo criados pela sociedade europeia. No entanto, o autor mostra que não se universalizou a nova tecnologia industrial, as técnicas produtivas até tenderam a generalizar-se – particularmente em setores subsidiários do comércio internacional – mas no tocante às atividades diretamente produtivas, a difusão foi lenta e imprecisa. Como consequência desse processo, originaram-se diferenças qualitativas entre as *“estruturas econômicas e sociais dos países em que acumulação e o progresso nas técnicas produtivas avançavam conjuntamente e as daqueles países em que esses avanços privilegiaram o vetor da acumulação em obras improdutivas e bens duráveis de consumo, em geral importados.”* (Furtado, 1998a, p. 59).

A ideia de produtividade, com o avanço da industrialização, fez-se mais e mais inseparável do grau de desenvolvimento alcançado pelo conjunto das atividades industriais, trazendo reflexos no sistema de preços relativos, muitas vezes, difíceis de identificar. Mas como a inovação técnica favorece na apropriação do produto as empresas que a lideram,

compreende-se que exista uma tendência estrutural na economia capitalista para concentrar a renda em benefício dos países que exportam os produtos que incorporam as técnicas mais avançadas (FURTADO, 2000).

Cabe portanto, distinguir os dois processos históricos, de formação dos sistemas produtivos, cujas diferenças refletem fatores de natureza cultural e persistem até o presente. Furtado (1998b) mostra que a adoção pelas classes dominantes dos padrões de consumo dos países de níveis de acumulação muito superiores explica a elevada concentração de renda, a persistência da heterogeneidade social e a forma de inserção no comércio internacional. Pontos estes que serão melhor discutidos a seguir.

4 O PAPEL DA CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS SISTEMAS PRODUTIVOS NOS PAÍSES PERIFÉRICOS

A difusão planetária da civilização industrial constituiu-se um processo histórico bastante peculiar à cada nação e fundamentalmente distinto daquele que se prostrou na Europa Ocidental. Naqueles países de “acesso indireto”³ à difusão da civilização industrial, os valores ideológicos que surgiram com a revolução burguesa – que ora operavam como mecanismos de abalo das velhas estruturas tradicionais de dominação – e permitiram a ascensão de agentes sociais comprometidos com a acumulação das forças produtivas, nos países periféricos tais valores reforçavam a situação de dependência no quadro dos mercados internacionais (FURTADO, 1998a).

Como exposto anteriormente, a economia mundial no decorrer do século XIX assistiu a grandes transformações, que se deram em torno de dois processos, primeiro da elevada aceleração da acumulação e, segundo, da intensificação do comércio internacional. (FURTADO, 1998a; 1998b; 1977). Ambos engendraram ganhos de produtividade do fator trabalho e permitiram que houvesse um fluxo de crescimento do excedente. A forma pela qual foi apropriada esse excedente constitui o cerne do problema na evolução do capitalismo industrial.

Para Celso Furtado (1998b) a atividade industrial tende a concentrar grande parte do excedente nas mãos daqueles grupos sociais comprometidos com o sistema produtivo. Nos

³ Para Furtado, são três as vias de acesso à civilização industrial, sendo as duas primeiras, uma forma de tomada de consciência do atraso na acumulação e da dominação externa, e a terceira, originando-se do quadro da divisão internacional do trabalho, ela é indireta e conduz a uma situação de dependência estrutural. Ver Furtado (2008), capítulo II.

países que ditam a inovação técnica e tecnológica da indústria, o capital que se investe no sistema produtivo, está sendo constantemente renovado. Nos países em que as vantagens comparativas se dão no setor primário, o excedente adicional se mostra na forma de incrementos das importações.

O que autor procura elucidar é que ao passo que a especialização no setor primário não exige grandes transformações dos métodos produtivos e a acumulação se dá, basicamente, com recursos locais, tal incremento para importar se estabelece na aquisição de bens de consumo. Assim, é pelo lado da demanda de bens de consumo que os países periféricos se inserem mais profundamente na civilização industrial, o que implica na reprodução dos padrões de consumo dos países cêtricos.

O processo de industrialização tardia pelo qual passou países periféricos, tal qual o Brasil, se deu sob as bases de grandes empresas transnacionais, o que resulta, por um lado, no reforço da reprodução dos padrões de consumo de países com renda muito mais elevadas e, por outro, na tendência da concentração de renda em termos globais.

[...] a pressão para diversificar a demanda e adaptá-la aos padrões que se renovam nos centros de onde emana a tecnologia também se traduz em exigências de acumulação no nível da massa consumidora. A consequência manifesta é a concentração de renda com distanciamento crescente entre os padrões de vida de uma minoria privilegiada e os da grande massa da população, particularmente que permanece nas zonas rurais. A pressão que exercem as empresas transnacionais no quadro dessas novas formas de mercado [...] constitui uma das causas básicas da crescente heterogeneidade social do mundo dependente (FURTADO, 2008, p. 96-97).

O desenvolvimento das forças produtivas nas economias periféricas, ainda que em determinados e limitados setores, e os salários baixos – devido a oferta elástica de mão de obra não especializada –, proporcionam um excedente considerável. A realimentação do excedente acontece em favor de uma classe média, composta por profissionais, quadros superiores, civis e militares, cujos padrões de consumo se distanciam abissalmente dos das massas de trabalhadores, ampliando o sistema de dominação e modernizando as estruturas de poder (FURTADO, 1998b).

O processo de industrialização, na América Latina por exemplo, não criou o proletariado clássico, criou, na verdade, uma massa urbana pouco definida cujas aspirações se dão num quadro político incapaz de atender suas necessidades básicas (MEIRELES, 2017). Para Furtado (2008). A ideia de progresso e desenvolvimento também se deu de fora para dentro das sociedades periféricas, mostrando que o caminho mais curto para o enriquecimento

seria a integração internacional dos mercados. Esta não requeria maiores modificações nas estruturas sociais, sendo absolutamente compatível com formas de organizações sociais distintas daquelas surgidas na revolução burguesa.

Posto que se concebe “desenvolvimento” como uma performance internacional – ignorando-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios –, a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo. Os meios sugeridos para alcançar esse objetivo, sempre fugaz, não terão sido muitos: todos passam pela ideia de aumento da taxa de poupança interna e/ou criação de condições capazes de atrair recursos externos. Essa doutrina serviria de cobertura para os investimentos diretos estrangeiros, mediante os quais as atividades produtivas dos países dependentes viriam a ser controlados do exterior. (FURTADO, 2008, p. 106)

Ora, se o objetivo final é acelerar a acumulação, tudo é justificável, até mesmo a concentração de renda, visto que são os ricos que tem capacidade de poupança. Tudo que é feito na indústria periférica em busca do progresso e também pela lógica das transnacionais *“convergem para acelerar a diversificação do consumo, em detrimento da satisfação das necessidades essenciais do conjunto da população”* (FURTADO, 2008, p. 107). A desigualdade de renda entre as massas de trabalhadores e as minorias mais ricas torna-se natural e justificável em nome do progresso e do desenvolvimento. Furtado (2000, p.23) reconhece o grande desafio de superar essa situação nas economias dependentes:

A subordinação à inventividade técnica aos interesses de reprodução de uma sociedade fortemente inigualitária e de elevado potencial de acumulação é a causa de alguns dos aspectos paradoxais da civilização contemporânea. É bem sabido que, mesmo que em países em que mais avançou o processo de acumulação, parte da população não alcança o nível de renda real necessária para satisfazer o que considera como sendo necessidades elementares. Ocorre que a elevação do salário básico é parte de um processo que compreende o aumento do coeficiente do desperdício implícito no dispêndio dos grupos de rendas altas e também a difusão, entre os grupos de rendas médias, de formas de consumo mais e mais sofisticadas. Assim, a eliminação da “pobreza dentro da riqueza” faz-se mais difícil com o avanço da acumulação. Foi em função dos valores dessa civilização industrial que se formou a consciência das desigualdades internacionais dos níveis de vida, do atraso acumulado, do subdesenvolvimento.

O fim do século XX traz a tese do processo de globalização dos mercados, que há de impor no mundo todo. Refere-se a um imperativo tecnológico, como o que moldou o processo de industrialização nos últimos dois séculos, no entanto, a justaposição dos mercados e o debilitamento dos atuais sistemas estatais de poder estão produzindo mudanças estruturais que

agravam a concentração de renda as formas de exclusão social. Por mais que as consequências sejam adversas, há quem as apresente como “*pré condições de uma nova forma de crescimento econômico cujos contornos ainda estão indefinidos*”(FURTADO, 1998a, p. 26). Sendo assim, neste fim de século o crescimento econômico passa a ter como contrapartida o nascimento de uma nova forma de organização social que redefine o padrão de distribuição de renda.

De acordo com Furtado (2008), a libertação desse imperialismo cultural perverso exige perseguir conjuntamente duas linhas, sendo a primeira a modificação dos padrões de consumo no quadro de uma ampla política social e, segundo, elevar substancialmente a poupança, ao passo que se comprime o consumo dos grupos de elevadas rendas. Em suma, o autor propõe três modelos de tentativa de superação do subdesenvolvimento: 1) *Coletivização dos meios de produção*⁴: de modo a haver um controle coletivo das atividades econômicas de maior peso, tanto no que diz respeito a produção, tanto em nível nacional, no nível da planificação. Sabe-se que tanto a estrutura social prevalecente nos países periféricos como a lógica dos mercados, até poderão induzir o crescimento econômico mas não levarão ao desenvolvimento. 2) *Prioridade à satisfação das necessidades básicas*: tem-se noção que a penetração tardia da civilização industrial em sociedades periféricas conduz a formas de organização social que excluem (grande) parte da população dos benefícios da acumulação. A solução para este problema seria de natureza política e exige que parte do excedente seja deliberadamente canalizado para modificar o perfil da distribuição de renda, que pode ser feita desde reformas de estrutura, como a reorganização do sistema agrário ou a efetiva elevação do salário real básico, até a introdução de medidas fiscais capazes de assegurar a redução dos gastos de consumo da população de alta renda, sem acarretar efeitos negativos no montante da poupança coletiva. A grande dificuldade deste modelo está, reconhecidamente, na vontade política que conduzirá este projeto, porque a estrutura do sistema produtivo e o perfil de distribuição de renda se condicionam mutuamente. 3) *Ganho de autonomia externa*: propõe-se assumir uma posição ofensiva no mercado internacional. Os investimentos seriam orientados de forma a favorecer setores com capacidade competitiva externa com potencial e que tenham ao mesmo tempo efeito indutor interno, operando como motor da formação do mercado interno. O êxito desse modelo depende que as atividades exportadoras se mantenham na posição de liderança, não tanto na tecnologia de processos, mas de produtos. Ao lograr autonomia nas relações externas, supera-se a situação de dependência e passividade, imposta

⁴ Esse modelo tem bases de raízes marxistas. Ver Furtado 2008.

pela lógica dos mercados e da divisão internacional do trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria do desenvolvimento traduz a compreensão da forma pela qual a difusão da civilização industrial penetrou e se construiu nos países periféricos, impondo limites, a partir da divisão internacional do trabalho, a um desenvolvimento que espriasse benefícios a uma coletividade. Em sua extensa obra, Celso Furtado, percebeu que os principais obstáculos à passagem da simples modernização mimética ao desenvolvimento propriamente dito cimentavam-se na esfera social. A intensificação da acumulação *per se* não produziu, via de regram, as transformações nas estruturas sociais capazes de converter a distribuição de renda e a destinação do novo excedente num quadro de igualdade. Se nas economias cêtricas a acumulação havia levado à escassez da mão de obra, criando as circunstâncias necessárias para o surgimento de pressões sociais que conduzissem à elevação dos salários e à homogeneização social, nas regiões periféricas os efeitos da aceleração da acumulação produziram resultados totalmente diversos: como a marginalização social, o reforço das estruturas tradicionais de dominação e ampliação da desigualdade de renda. Em verdade, a acumulação periférica operou na tentativa de inserção e internacionalização dos mercados, a despeito das suas consequências sociais.

Assim como aponta Meirelles (2017), a análise histórica de Celso Furtado permitiu depreender que a acentuada desigualdade da distribuição de renda está enraizada na diferenciação do acesso aos meios de produção e na forma de absorção da difusão da civilização industrial e inserção no mercado externo.

Sinteticamente, pode-se inferir que a concentração da riqueza e a desigualdade na distribuição da renda se relaciona com o que Furtado denomina de “dependência cultural”, com a reprodução irrefletida de valores e costumes das sociedades centrais, e com o estrangeirismo das elites.

Tal padrão de consumo das elites é reproduzido como um estigma de usufruir dos mesmos bens dos países centrais, bens estes cada vez mais sofisticados e diversificados, configurando uma espiral infinita de tecnologias que se renovam e se impõem todo o tempo. Isso acabou por afetar a composição dos investimentos e o imperativo de uso de tecnologias mais intensivas em capital que em trabalho, acentuando a dependência e a submissão na divisão internacional do trabalho.

Assim, o que parece ser uma espécie de colonialismo cultural, os padrões de consumo

centrais condicionam a demanda da periferia, provocando a dependência tecnológica e a facilitação da entrada das empresas transnacionais atuantes no setor de bens de consumo durável, cooptando as decisões de investimentos e influenciando as decisões políticas, o que torna cada vez mais difícil a condução projeto que levaria às medidas necessárias para o atendimento das necessidades básicas da coletividade e da reestruturação do padrão de distribuição/concentração de renda.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. E. **Subdesenvolvimento e Dependência**: uma análise comparada de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil, 2009.

BIELSCHOWSKY, R. Vigencia de los aportes de Celso Furtado al estructuralismo, Revista de la Cepal, Santiago, Cepal, v. 88, 2006.

D'AGUIAR, R. F. **Essencial Celso Furtado**. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. (1ª ed.) Rio de Janeiro, Brasil: Fundo de Cultura, 1961.

_____. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

_____. **A superação do subdesenvolvimento**. *Economia e Sociedade*, 3(1), 37-42, 1994.

_____. **O capitalismo global**. São Paulo, Paz e Terra, 1998a.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998b.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Paz e Terra, 2000.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo. Companhia das Letras, 2008.

MEIRELES, M. Reler Celso Furtado: discussão sobre a estagnação brasileira. **Cadernos do Desenvolvimento**, v. 12, n. 20, p. 179-206, 2017.